



BOLETIM 267 – ANO VII 29 de julho de 2016

Comunicado aos Profissionais da Contabilidade Prestação de Contas Eleitorais

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em continuidade ao trabalho de conscientização e de capacitação dos profissionais da área sobre a importância da correta contabilidade nas prestações de contas eleitorais, informa que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou nesta quarta-feira (20), no Diário da Justiça Eletrônico do TSE, as tabelas atualizadas com os limites de gastos de campanha e de contratação de pessoal, conforme previsto na Resolução TSE nº 23.463/2015.

De acordo com informações do Tribunal, após publicação dos valores preliminares de gastos de campanha, o TSE atualizou os valores de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a tabela, o maior limite de gastos para campanha para o cargo de prefeito está

previsto para o município de São Paulo (SP), que tem hoje 8.886.324 eleitores.

Além da atualização dos gastos, a Reforma Eleitoral de 2015 também estipulou limites para a contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividades de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais, em consonância com o art. 36 da Resolução TSE nº 23.463/2015.

Conforme os dados do TSE, o maior número de contratações poderá ser feito pelos candidatos da cidade de São Paulo. Já o menor número de contratações está previsto para os candidatos das cidades de Serra da Saudade (MG) e Araguinha (MT), que possuem 959 e 954 eleitores, respectivamente.

Fonte: CFC, 20/06/2016

Rodrigo Maia e os novos/velhos desafios do movimento sindical

Sob o novo comando político na Câmara, a agenda anti-trabalhador, com o

redirecionamento do papel do Estado brasileiro, ganha impulso e condições de ser levada a cabo.

As crises política, econômica e ético-moral, que colapsaram o governo Dilma, e tiveram como desdobramento a autorização da Câmara para o impedimento do mandato da presidente Dilma Rousseff, em grande medida, têm o seu desfecho consumado com a eleição do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a Presidência da Câmara. Em síntese, o projeto neoliberal acaba de ser ressuscitado/resgatado, com Maia no comando da Casa.

Agora, com um neoliberal convicto (ideológico) pilotando a Câmara, entra em cena uma pauta econômica regressiva e anti-trabalhador. Descortina-se novamente o projeto que foi interrompido com a eleição de Lula, em 2002.

Vai acabar a esquizofrenia que reinava na Câmara sob o comando do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Mas o desgoverno que existia antes da eleição de Maia era, digamos, 'positivo', pois impedia que a agenda regressiva, com a assunção do interino Michel Temer (PMDB), tivesse mais força e legitimidade.

Sob o novo comando político na Câmara, a agenda anti-trabalhador, com o redirecionamento do papel do Estado, ganha impulso e condições de ser levada a cabo.

O desafio aumentou
Se com toda a desorganização do processo político-legislativo, o governo provisório de Temer foi avassalador nestes primeiros meses, imaginem agora, que a Casa terá um comando afinado com a agenda neoliberal.

Neste momento, o desafio do movimento sindical aumenta exponencialmente. É só ver a agenda que está em curso, recrudescida com o impedimento de Dilma, a assunção de Temer e será consolidada e ampliada com a eleição de Rodrigo Maia.

Desmonte do Estado
Sai de cena a agenda ético-moral, pelo menos como pauta principal, e entra a econômica sob a orientação neoliberal, de desmonte do Estado brasileiro, no sentido de reorientá-lo segundo os interesses do

mercado na lógica da degradação dos direitos sociais e trabalhistas.

A aprovação das novas regras para gestão dos fundos de pensão (PLP 268/16) sinaliza exatamente para essa reorientação. O texto já foi aprovado no Senado. Está pronto para votação no plenário da Câmara.

O projeto cria dificuldades para a participação de dirigentes sindicais nos fundos de pensão porque entre as novas regras haverá a impossibilidade de que os cargos de direção sejam ocupados por pessoas com atividade político-partidária. É a criminalização da política, como forma de 'combate' à má gestão no conselho das entidades.

Abertura do pré-sal

Está em discussão na Câmara, o PL 4.567/16, que retira da Petrobras a exclusividade das atividades no pré-sal e acaba com a obrigação de a estatal participar, com pelo menos 30%, dos investimentos em todos os consórcios de exploração da camada. O projeto está pronto para votação no plenário.

A matéria (PLS 131/15) teve origem no Senado. É de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) e já foi aprovado na Casa.

100% de capital estrangeiro nas aéreas

Aguardando sanção presidencial, a MP 714/16 aumenta para até 100% a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas companhias aéreas nacionais. A abertura total do setor ocorreu com emenda do PMDB, aprovada por 199 votos a 71.

Editada pela presidente afastada Dilma Rousseff, a MP originalmente propunha o aumento de 20% para 49% do capital com direito a voto. O percentual foi alterado na comissão mista e ratificado pelo plenário.

Degradação de direitos

Menos recursos para a saúde e a educação. É o que está contido na PEC 31/16, que amplia de 20% para 30% o percentual a ser desvinculado do orçamento até 2023. A proposta foi aprovada celeremente na Câmara depois do afastamento da presidente Dilma. A

matéria está pronta para votação em dois turnos no plenário do Senado.

Pela proposta, o governo poderá destinar para onde quiser 30% das contribuições sociais, que deveriam ir para a Seguridade Social, que reúne as áreas da saúde, assistência e Previdência. Portanto, desvincula recursos do Estado destinados aos mais carentes e necessitados para fazer caixa para o superávit primário e pagamento da dívida pública.

Até o ano passado, esse valor significava R\$ 60 bilhões anuais, de acordo com Tesouro Nacional. Um dos argumentos utilizados pelos governos Dilma/Temer é que os recursos desvinculados pela DRU serão destinados para outras áreas sociais.

Limite de gastos

A PEC 241/16 institui novo regime fiscal ou novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A regra de congelamento do gasto público em termos reais valerá por 20 anos, período durante o qual o dinheiro economizado será canalizado para pagamento dos juros e do principal da dívida. A proposta está sob a relatoria do deputado Danilo Forte (PSB-CE), na Comissão de Constituição e Justiça.

Seguramente, é o maior retrocesso dos últimos tempos, porque interrompe a trajetória de acesso da população mais pobre aos serviços público de educação e saúde.

Restrições aos servidores públicos

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, enviado ao Congresso no dia 22 de março, autoriza o refinanciamento da dívida dos estados e do DF, terá efeito devastador sobre os servidores públicos das três esferas de governo. O projeto está pronto para votação no plenário da Câmara.

O projeto prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal que aprofundam as restrições em relação aos servidores da União, dos estados, do DF e municípios, e impõe uma série de exigências fiscais como condição para adesão ao plano de auxílio aos estados e ao DF.

Os estados terão de cortar, se quiserem refinanciar suas dívidas, 10% das despesas mensais com cargos de livre provimento. Não poderão conceder aumento de remuneração dos servidores a qualquer título; terão de suspender contratação de pessoal, exceto reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e reposições de cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa. E terão, ainda, que vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira.

Benefícios sociais

A MP 739/16, publicada em 8 de julho, promove alterações malélicas no plano de benefícios da previdência social (Lei 8.213/91) representando grande ataque aos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores.

Sob o discurso da necessidade de equacionar as contas da Previdência, supostamente deficitárias, e de combate ao recebimento irregular de benefícios, o governo interino pretende, dentre outras medidas, revisar os benefícios do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez concedidos administrativa e judicialmente há mais de dois anos, por meio da convocação dos segurados para a realização de nova perícia médica.

Reformas previdenciária e trabalhista

No segundo semestre, o governo pretende iniciar o debate, com propostas que serão enviadas ao Congresso tratando das reformas previdenciária e trabalhista.

O escopo da reforma da Previdência é a instituição da idade mínima para aposentadoria em 65 anos, com paridade entre homens e mulheres também em 65 anos.

A trabalhista tem duas vertentes. A primeira será a instituição do negociado sobre a lei. E ainda querem, o governo e o mercado, a aprovação da terceirização geral, nos termos do PLC 30/15 (PL 4.330/04), em discussão no Senado Federal.

Todas estas propostas em debate no Congresso têm conteúdo neoliberal no sentido de reorientar o papel Estado

brasileiro segundo os interesses do mercado, na lógica de restringir e/ou degradar os direitos conquistados.

(*) *Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

FONTE: DIAP - PUBLICADO EM 21/07/2016

Trabalhador brasileiro, conheça a luta e os seus direitos

Todas as conquistas foram com muito esforço da classe trabalhadora e conscientização da sociedade que saiu de uma Ditadura militar e vislumbrava uma democracia sólida e pujante. Diante dessa tenra democracia, as entidades de representação da classe trabalhadora atuaram na defesa e consolidação de uma legislação que pudesse humanizar o capital e diminuir a opressão dos ricos sobre os pobres.

André Santos*

Diante das ameaças de retiradas de direitos dos trabalhistas e sociais, vale a pena lembrar as principais conquistas dos trabalhadores nos últimos anos que fizeram com que o Brasil pudesse se desenvolver e chegar a 7ª maior economia do mundo.

Entre os principais direitos, boa parte deles podem ser observados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que apesar de ter surgido na década de 1943, cada vez mais está atual. As forças retrógradas que pretendem alterá-la justificam as mudanças por conta da longevidade - mais de 70 anos - e ignoram a sua contribuição ao longo da história e que de melhor ainda produzirá.

Outro ponto de amparo dos trabalhadores brasileiros é a Constituição Federal de 1988. Nesta, vários direitos de proteção ao cidadão foram contemplados na Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem à Carta Cidadã do País. Alguns direitos ainda carecem de regulamentação, mas a indicação e o fato de constarem nesse ordenamento são imprescindíveis à melhoria da sociedade e dos trabalhadores.

Há época os trabalhadores, através de suas entidades, lutaram por temas como a jornada de trabalho menor. Antes da promulgação da Carta, a jornada dos trabalhadores era de 48 horas semanais. O objetivo era de reduzir para 40 horas, mas prevaleceu a jornada de 44 horas, que perdura até os dias atuais.

Continua na pauta das entidades sindicais a redução da jornada, sendo uma das principais bandeiras do movimento sindical brasileiro. O objetivo é a redução Constitucional para as 40 horas. Porém, podemos observar setores contrários a essa redução e até mesmo defenderem a ampliação da jornada para até 80 ou, sendo “generoso” com a classe trabalhadora a ampliação para 60 horas semanais.

Além da jornada, as lutas da classe trabalhadora na Constituinte foram em defesa das férias de 30 dias, do 13º salário, do aviso prévio de 30 dias, entre outras demandas trabalhistas e previdenciárias que trazem garantias sociais para os brasileiros em geral e os trabalhadores em particular.

Todas as conquistas foram com muito esforço da classe trabalhadora e conscientização da sociedade que saiu de uma Ditadura militar e vislumbrava uma democracia sólida e pujante. Diante dessa tenra democracia, as entidades de representação da classe trabalhadora atuaram na defesa e consolidação de uma legislação que pudesse humanizar o capital e diminuir a opressão dos ricos sobre os pobres.

As garantias e direitos trabalhistas e sociais podem se efetivar pela via constitucional ou infraconstitucionais, como leis ordinárias e leis complementares além de portarias e normas regulamentadoras editadas pelo Poder Executivo de acordo com a necessidade e modernização do mercado de trabalho.

Para que todas essas regras possam ter sua aplicação garantida, são necessários, além da pressão dos trabalhadores e da fiscalização das entidades competentes, uma legislação clara que dê amparo para o trabalhador e clareza para que o empregador possa garantir esses direitos aos seus funcionários.

O DIAP preparou um balanço com os principais direitos que estão ameaçados no Congresso Nacional por conta de modificação, flexibilização e até mesmo eliminação pelos projetos de lei em tramitação nas duas Casas Legislativas – Câmara dos Deputados e Senado Federal.

() Analista político do DIAP, Especialista em Política e Representação Parlamentar e Sócio da Contatos Assessoria*

Fonte: DIAP - PUBLICADO EM 19/07/2016

Governo poderá adotar aumento pontual de impostos, diz Meirelles

Ministro da Fazenda destaca que medida será analisada no fim de agosto, após apresentação da LOA de 2017

RIO DE JANEIRO - O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira que aumentos pontuais de impostos poderão ser adotados, se necessário, mas que o governo aguardará até o fim de agosto para tomar uma decisão, quando deve apresentar a Lei Orçamentária Anual de 2017.

"Vamos analisar o crescimento das receitas públicas previsto para o ano que vem e o possível ingresso (de receitas) de privatizações, concessões e outorgas", disse Meirelles, acrescentando que se houver necessidade o governo fará aumentos pontuais de impostos.

Falando após evento no Rio de Janeiro, Meirelles disse que a meta deste ano de um déficit primário de 170,5 bilhões de reais para o governo central será cumprida. Caso haja sobra de recursos, completou ele, os valores serão usados para cobrir eventual déficit dos Estados, embora tenha destacado que esta não é uma obrigação.

"Não há e nunca houve compromisso do Ministério da Fazenda em cobrir déficit dos Estados", afirmou.

Pela lei, a meta para o setor público consolidado é de um déficit de 163,9 bilhões de reais em 2016, abarcando superávit de 6,6 bilhões de reais para Estados e municípios e um resultado de equilíbrio para estatais federais.

Durante apresentação, Meirelles disse ser natural que haja "ansiedade" por medidas rápidas, mas que apenas lidando com as causas estruturais os problemas do país serão resolvidos. Nesse contexto, ele ressaltou a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que limita o crescimento de gastos à inflação do ano anterior. Segundo Meirelles, o governo tem "muita pressa" em ganhar o aval do Congresso para a matéria, bem como em apresentar a reforma da Previdência. Em relação à última, o ministro destacou que se não houver mudanças nas regras atuais, as despesas com o INSS passarão a responder por 17 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2060, contra um patamar de 8 por cento atualmente.

FONTE: Diário da Indústria e Comércio, 25/07 E Notícias Sindicais 26/07/2016 Ernesto Pares

O futuro do trabalho e a luta pela dignidade humana

Dr. Jonathan Tennenbaum, de Berlim

Nos últimos anos, numerosos estudos, livros, artigos, conferências e seminários têm sido dedicados ao tema "o futuro do trabalho". Um motivo para isto é a perspectiva de que, num futuro previsível, robôs poderão substituir os seres humanos na maioria das atividades atualmente desenvolvidas por eles, suscitando a

questão de como se poderá evitar o desemprego em massa. Outra é a crescente conscientização do fato de que a instabilidade política observada em países de todo o mundo tem raízes, em grande medida, na piora objetiva e subjetiva da situação das suas populações trabalhadoras. Embora a perspectiva da

“robotização” generalizada da economia ainda esteja distante, ela já influencia a maneira em que muitos veem a presente crise.

Não há dúvida de que a rápida evolução das tecnologias robóticas (Mecatrônica) terá um profundo impacto no papel do trabalho humano, em praticamente todos os setores da economia. Em contraste com a automação tradicional, que é limitada, principalmente, a um pequeno repertório de operações repetitivas, os robôs se caracterizam por uma flexibilidade vastamente superior. Os sistemas robóticos estão se tornando capazes de: reproduzir muitas das capacidades táteis e motoras dos seres humanos; orientar-se e mover-se espontaneamente em vários ambientes; utilizar uma variedade de sensores óticos, acústicos e mecânicos, para reconhecer e manipular objetos e conjuntos de objetos em relação às suas posições, orientações e movimentos no espaço tridimensional; reconhecer e responder a comandos de voz humana; melhorar o seu desempenho, integrar novas informações e adaptar-se a novas situações, por meio de várias formas de “aprendizado artificial”; e outros avanços.

Em uma série de conferências recentes, o ex-secretário do Trabalho Robert Reich (governo Clinton) tem assim apresentado a sua visão sobre os desafios econômicos colocados pela revolução robótica: imaginem uma grande máquina (Reich a chama “iTudo”, “iEverything, em inglês), capaz de produzir tudo o que se possa, possivelmente, desejar. Por exemplo, você diz à máquina que quer um carro e descreve o tipo de carro que quer. O carro é produzido e entregue imediatamente, sem o envolvimento de qualquer trabalho humano. Qual é o problema? – pergunta à plateia. E ele mesmo responde: ninguém mais poderá comprar automóveis, porque ninguém terá meios de ganhar dinheiro! A robótica terá eliminado quase todos os empregos industriais e no setor de serviços. Reich observa que este cenário é futurista, “mas, quando cada vez mais coisas podem ser feitas por cada vez menos pessoas, os lucros vão para um círculo cada vez menor de executivos e proprietários-investidores”.

Esta última observação aponta para os temas imediatos e candentes que estão motivando muito das discussões sobre o “futuro do trabalho”, mesmo quando esta

expressão não é explicitamente mencionada. Porém, eles não têm nada a ver com cenários futuristas, mas sim com a epidemia de crises políticas que assola o mundo de hoje, não apenas no chamado setor em desenvolvimento, mas também nos Estados Unidos e na Europa.

Os recentes terremotos políticos nos EUA são particularmente reveladores. É evidente que o Establishment estadunidense – que pensava deter um firme controle do país – não estava preparado para os níveis de apoio popular que os pré-candidatos presidenciais Donald Trump (republicano) e Bernie Sanders (democrata) conseguiram mobilizar entre a população. Na medida em que ficava claro que Trump venceria as prévias do Partido Republicano e que grande parte da base democrata – em especial, os jovens – apoiavam a “revolução de Sanders” contra Hillary Clinton e Wall Street, começaram a surgir artigos e comentários chamando a atenção para a situação miserável de grande parte da população estadunidense em idade de trabalhar.

Por exemplo, em 22 de fevereiro último, o sítio Huffington Post publicou um artigo intitulado “Desemprego oculto explica ascensão de Trump e Sanders”. O autor, Alan Singer, lembrava que a taxa de desemprego oficial dos EUA está, hoje, abaixo de 5%. Porém, em seu discurso de vitória na primária de New Hampshire, Trump afirmou que os números oficiais eram falsos, colocando-os na casa de “28, 29 ou até 35 por cento”. Muitos jornalistas riram dele, mas, escreve Singer, “os números de desemprego de Trump não são ridículos e isto pode explicar a ascensão tanto de Trump como de Bernie Sanders, nas primárias republicanas e democratas”.

Singer observa que a taxa oficial inclui apenas as pessoas que não têm um emprego mas querem um, e têm procurado ativamente, nos quatro meses anteriores às pesquisas: “Mas, se se incluírem as pessoas que querem trabalhar e procuraram um emprego durante o ano anterior, trabalhadores desiludidos que deixaram de procurar por causa das condições econômicas e pessoas que estão trabalhando em tempo parcial, mas querem empregos de tempo integral, a taxa de desemprego sobe para 9,9%. E até mesmo este número pode ser artificialmente baixo. Em 1999, 85% dos estadunidenses entre

25 e 54 anos estavam trabalhando. Hoje, este número é de apenas 81%. Se contabilizarmos como desempregados aqueles trabalhadores que estão faltando, a taxa de desemprego vai a mais de 12%. E quando se acrescentam os estudantes universitários que querem trabalhar, pessoas mais velhas que foram forçadas a se aposentar, pessoas com problemas físicos que trabalhariam se pudessem e mulheres com filhos, que trabalhariam se

tivessem acesso a serviços de cuidados adequados para eles, o desemprego oculto nos EUA, provavelmente, se situaria acima de 30%.”

Com frequência, a situação de muitos estadunidenses “privilegiados” por estarem empregados não é muito melhor. Um comentário publicado no Boston Globe de 21 de março, por Roland Merullo, chama a atenção para as condições subjetivas das massas de trabalhadores pobres no país: “O apelo de Trump não se baseia, primariamente, em racismo ou raiva. Ele se baseia, primariamente, na humilhação... Eu sou próximo a pessoas que são trabalhadoras e pobres. Há um tipo particular de humilhação envolvido nas suas vidas, embora muitas delas sejam suficientemente orgulhosas para usar esta palavra. Elas não são famintas... Mas em **Insegurança econômica como causa da rebelião política**

Em uma palestra recente, Robert Reich – que se tornou um proeminente apoiador de Sanders – apontou para a insegurança econômica disseminada, como uma causa principal da rebelião política nos EUA. Dois terços das pessoas empregadas no país não têm contratos de longo prazo. Muitas delas estão trabalhando “sob demanda”, em uma perspectiva de curto prazo, e não sabem o que estarão fazendo dentro de um ano. Os sindicatos, que já desempenharam um papel importante na luta pela segurança do trabalho, representam agora menos de 7% dos trabalhadores do setor privado. Ao mesmo tempo, a grande parcela da força de trabalho que não tem educação superior e as qualificações especializadas necessárias para conseguir empregos bem pagos não tem outra opção, se não recorrer aos empregos de baixos salários, como funcionários de lojas de varejo, restaurantes, cuidadores de idosos, motoristas de caminhões etc.

todos os momentos elas veem imagens de pessoas que têm coisas que elas nunca terão. Virtualmente, todo espetáculo de televisão e sítio da Internet mostra propaganda com famílias relaxadas... que têm uma casa, carros novos, fazem cruzeiros de férias e usam todo tipo de equipamento eletrônico que levaria um trabalhador pobre à falência. (...)”

Referindo-se à inclinação “politicamente correta” da mídia, que parece mais interessada nos direitos dos transsexuais do que nos problemas da maioria dos cidadãos, Merullo escreve: “Imagine o que é chegar em casa, vindo de um trabalho (ou dois) que você detesta, que o exaure, que no final da semana lhe deixa cinco dólares para um presente de aniversário de um filho, e ouve alguém dizer que você é um ‘privilegiado’... Então, quando essas pessoas veem manifestantes perturbando o discurso do candidato que esperam que mude as suas vidas, e ouvem-no dizer, ‘eu daria um soco na cara daquele sujeito’ – o tipo de linguagem com as quais cresceram –, e quando o falar sobre os empregos de salários decentes que foram transferidos para a China (algo sobre o qual Trump fala mais que qualquer outro candidato), será mesmo uma surpresa que essas pessoas vão as urnas e votam em Donald?”

Nas décadas de 1950 e 1960, a situação era totalmente diferente. A “Lei dos Pracinhas” (G.I. Bill), aprovada ao final da II Guerra Mundial, assegurou educação superior gratuita e muitas outras formas de apoio aos militares que voltavam para casa. A expansão da indústria estadunidense proporcionou a oportunidade para que uma maioria das famílias da classe trabalhadora – inclusive, os negros – ascendesse para a classe média e fizesse parte do chamado “sonho americano”. Hoje, porém, após décadas de desindustrialização, dezenas de milhões de famílias trabalhadoras que já integraram a classe média estão vivendo em condições de guetos, no notório “Cinturão da Ferrugem” (Rust Belt) e em outras regiões, empobrecidas e, em grande medida, desempregadas e sem qualquer perspectiva positiva de futuro. Comunidades anteriormente prósperas estão agora arruinadas, com a sua infraestrutura física e social em colapso e a sua juventude devastada pelas drogas e pela criminalidade.

A insegurança econômica aumentou drasticamente, até mesmo entre as pessoas que ainda integram a classe média. Ela tem tido um impacto particularmente forte sobre a geração mais nova, que acha difícil ou impossível planejar as suas vidas. Sob pressão para obter as melhores qualificações acadêmicas possíveis, para competir no mercado de trabalho, muitos dos seus integrantes estão incorrendo em pesadas dívidas para pagar a sua educação superior. O endividamento médio dos graduados universitários estadunidenses tem aumentado constantemente, chegando a mais de 37 mil dólares, no ano passado. Mas, em muitos casos, a dívida é muito maior, passando de 50 mil dólares para os mestres em Ciência e de 160 mil, para os pós-graduados em Medicina e Ciências da Saúde. Em 2015, isto levou a uma situação na qual mais que a metade das dívidas estudantis no país estava em atraso ou inadimplência. Muitos jovens já entram no mercado de trabalho em condição de ruína financeira. Onde irão viver? Como pagarão as suas contas? Como irão constituir famílias?

Tudo isso está acontecendo na nação que, supostamente, é a mais rica do mundo, cuja economia, supostamente, se recuperou da crise financeira de 2008 e, agora, experimenta um “robusto crescimento”. Porém, de fato, o processo de declínio ou até extinção da tradicional classe média trabalhadora e o drástico aumento da insegurança econômica têm ocorrido em todos os países industriais. Desnecessário dizer que a situação dos chamados países em desenvolvimento é muito pior. Praticamente, todas as nações do mundo estão, hoje, em um estado de profunda crise econômica, social e política. Onde está o paraíso prometido pelos defensores da globalização financeira e outras políticas neoliberais? Quase em toda parte, a crise está relacionada, direta ou indiretamente, com o fracasso em se proporcionar empregos seguros e em níveis salariais de classe média à maioria da população em idade de trabalho.

Em tal situação, há um interesse crescente na antiga proposta de que os governos deveriam prover algum tipo de renda garantida e incondicional a todos os cidadãos. Como se sabe, iniciativas do gênero têm sido implementadas, em formas variadas, em algumas regiões e países, inclusive, no Brasil, com o programa

conhecido como Bolsa Família. Embora uma proposta neste sentido tenha sido, recentemente, derrotada em um referendo na Suíça, o aprofundamento da crise tem ampliado o número dos seus apoiadores, tanto entre “progressistas” como conservadores, estes últimos a vendo como uma forma de eliminar a vasta burocracia estatal vinculada aos sistemas de seguridade social existentes.

Não é o propósito deste artigo discutir os prós e contras de uma “renda básica assegurada”. Em vez disto, quero apresentar uma questão diferente: o que houve com o objetivo de se obter o pleno emprego? Por que os governos não podem adotar políticas que asseguram, por meios diretos e indiretos, que haja uma demanda suficiente pelo trabalho e uma oferta suficiente de empregos produtivos bem pagos para toda a força de trabalho? Por que os governos não adotam medidas de emergência, inclusive o uso da geração de crédito produtivo, em combinação com investimentos públicos em grande escala em infraestrutura e outros setores chave da economia, para criar milhões de empregos produtivos, reverter as desastrosas políticas de desregulamentação, privatização e desmantelamento dos sistemas sociais, e restaurar a seguridade econômica da população?

Nesse contexto, é uma lástima que grandes partes da “esquerda”, em âmbito internacional, inclusive partidos com uma orientação social-democrata que, supostamente, representam os interesses da classe trabalhadora, tenham abandonado de fato o tradicional empenho pelo pleno emprego. Uma razão para isto é, evidentemente, a crença de que, atualmente, não há qualquer possibilidade realista de se mudar as “regras do jogo” estabelecidas pela globalização financeira e outras reformas neoliberais. Em uma conferência sobre “O futuro do trabalho”, uma semana antes do referendo suíço, o ex-ministro da Fazenda da Grécia, Yanis Varoufakis, manifestou essa percepção – ironicamente, concordando com os neoliberais, neste aspecto – dizendo que “o paradigma social-democrático do New Deal está acabado, e não pode ser revivido”. Segundo ele, o capitalismo entrou em um novo estágio objetivo de desenvolvimento, no qual as antigas soluções se tornaram obsoletas. Mas, sem dúvida, a principal razão pela qual a ideia do pleno emprego

desapareceu da agenda é a crença, articulada por Robert Reich na mesma conferência, de que, no futuro previsível, o uso de robôs e sistemas robóticos em grande escala irá causar um colapso na demanda pelo trabalho humano. Apenas uma pequena fração da força de trabalho será necessária para alimentar a economia. Em tal situação, a ideia de se retornar ao pleno emprego seria, obviamente, uma completa fantasia, e Reich sequer a mencionou.

Uma visão equivocada da economia

Reich parece ser uma pessoa decente, mas, em minha opinião, as suas conclusões se baseiam num conceito fundamentalmente equivocado da economia. O problema é típico, não apenas de economistas profissionais como ele, mas é compartilhado pela maioria dos políticos e das pessoas comuns. O problema se torna aparente quando perguntamos a nós mesmos: qual é o objetivo de uma economia? Qual é o propósito da atividade econômica? A resposta óbvia é que este objetivo é satisfazer às necessidades humanas. Mas quais são as necessidades humanas? Para levá-la a sério, esta pergunta exige um tipo de resposta completamente diferente que, por exemplo, uma listagem de tipos e quantidades de bens e serviços correspondentes a algum “padrão de vida mínimo” selecionado. Ao contrário do que sugerem as tendências de quase todos os economistas do “establishment”, bem como os “progressistas”, é impossível se definir as necessidades humanas sem se considerar a natureza essencial do homem como um ser espiritual – um ser que possui poderes mentais criativos, do tipo que o distingue, de forma absoluta, de todas as demais espécies viventes. Viver como um ser humano, no sentido mais completo da expressão, exige que a capacidade criativa de cada indivíduo seja exercitada constantemente e realizada in actu [na prática]. Por conseguinte, as “necessidades humanas” incluem todo o necessário para que os indivíduos na sociedade possam viver como seres humanos, no sentido mais pleno.

Obviamente, a tarefa de satisfazer às necessidades humanas, nesse sentido, nunca pode ser cumprida de uma só vez, apenas em um processo de desenvolvimento contínuo e em aberto.

Igualmente, ela vai além das possibilidades do domínio econômico em si. Mas, quais são as implicações para a economia, quando postulamos que o propósito de uma economia é contribuir ao máximo possível para tal processo? Aí, começamos a ver claramente a falácia que fundamenta a ideia de que “no futuro, menos e menos pessoas serão necessárias para produzir o que a sociedade precisa”. De fato, o que a sociedade precisa não são apenas bens e serviços, mas, acima de tudo, certas formas de atividades humanas, por meio das quais os membros da sociedade podem desenvolver e realizar os seus potenciais como seres “criados à imagem de Deus”. Assim, a tarefa primária da economia é “produzir” esse tipo de atividades. Como isto pode ser feito? Empregando as pessoas para fazê-lo! Mais precisamente: orientando a economia – por meio de políticas econômicas adequadas – em uma trajetória de desenvolvimento econômico que assegure uma expansão constante do emprego nas formas de atividades desejadas, bem como a oferta de bens e serviços (incluindo, em especial, a educação) necessários para apoiar tal expansão.

Em meu livro *A economia física do desenvolvimento nacional* (que será lançado proximamente pela Capax Dei Editora), eu especifico critérios para essa trajetória. A sua característica essencial é um significativo aumento da percentagem da força de trabalho empregada em pesquisas científicas e nos desenvolvimentos tecnológicos correlatos, em parte, em projetos intensivos em ciência patrocinados pelo Estado, como a exploração e colonização do espaço a longo prazo. Longe de constituir uma ameaça ao emprego, a “robotização” contribuirá para acelerar este processo, libertando a força de trabalho de atividades rotineiras e não criativas. Uma crescente parcela da demanda total por bens manufaturados será destinada ao fornecimento de equipamentos e infraestrutura para a pesquisa científica, para o estudo da natureza e a exploração do Universo em todas as escalas. O emprego na indústria manufatureira será cada vez mais concentrado no desenvolvimento, projeto e produção de produtos “de tipo único” necessários a experimentos científicos e protótipos de novas tecnologias concebidas para uso em vários setores da economia. Estas

atividades são intensivas em trabalho e em ciência, que exigem capacidades criativas de resolução de problemas e inovação em grande escala. Esta é uma área em que empresas pequenas e médias têm grande vantagem, pelo que a sua importância econômica tende a aumentar.

Com a economia estruturada dessa maneira, os investimentos crescentes de mão-de-obra e recursos em atividades relacionadas à ciência serão compensados pelos aumentos de produtividade física que serão constantemente gerados como subprodutos do crescimento do conhecimento científico e suas aplicações tecnológicas. Podemos qualificá-la como uma economia geradora de conhecimento. Naturalmente, um renascimento da música clássica, da arte e da poesia tem um papel essencial a desempenhar, especialmente, para os jovens, devido ao seu conteúdo espiritual e por tornar as pessoas mais criativas, em vez de mais estúpidas, como ocorre com a atual cultura popular. Em

suma: o objetivo é transformar o desenvolvimento do conhecimento humano e das capacidades criativas do homem no principal gerador de empregos, investimentos e demanda!

A ordem mundial neoliberal está em colapso, e com ela a autoridade das ideologias e instituições sobre as quais a ordem mundial tem se baseado. Os terremotos políticos que estão ocorrendo em todo o mundo possibilitam mudanças radicais nas políticas. Portanto, é particularmente urgente que se corrijam os pressupostos e hábitos mentais prevalecentes na economia, que bloqueiam o caminho para uma solução da crise e podem, inclusive, piorá-la. O objetivo aqui delineado pode parecer distante, no momento, mas pode funcionar como uma indispensável “estrela no horizonte”, para orientar as políticas econômicas na direção certa. **Fonte: Jornal Solidariedade Ibero – American MSIA 1º Quinzena de junho de 2016 vol. XXIII nº 2**

Um governo contra os trabalhadores – Preteu o olho da gateada

O governo interino de Michel Temer sinaliza uma série de medidas que vão de encontro aos direitos sociais trabalhistas do povo brasileiro. Aos poucos — ainda com a indefinição se Dilma Rousseff volta ou não a assumir a Presidência — ele vem “costeando o alambrado”.

Recentemente, foi publicado no Diário Oficial da União a Medida Provisória 739/2016, com o objetivo de fazer alterações na Lei nº 8.213/1991, que prevê o Plano de Benefícios da Previdência Social. Neste momento, ela tramita em uma comissão mista de senadores e deputados.

A intenção é, dentre outras medidas, revisar os benefícios do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, concedidos administrativa e judicialmente há mais de dois anos, através da convocação dos segurados para a realização de nova perícia médica. Importante lembrar que, em 2014, foi promulgada a Lei nº 13.063, advinda de projeto de minha autoria, que isenta o aposentado por invalidez acima de 60 anos de exame médico-pericial.

O argumento usado para realizar estas

mudanças é a retórica de que a Seguridade Social está falida. Temos que ter muita calma e expressos cuidados neste momento. É de suma importância fazer alguns esclarecimentos para que todos possam fazer suas conclusões.

Levantamento da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), através do estudo “Análise da Seguridade Social”, aponta que não há déficit e, sim, superávit. Isso mesmo. O leitor mais atento vai se perguntar: mas todos os governos dos últimos 20 anos não falavam em déficit?

Em 2006, o superávit da Seguridade foi de R\$ 59,9 bilhões; 2007, R\$ 72,6 bi; 2008, R\$ 64,3 bi; 2009, R\$ 32,7 bi; 2010, R\$ 53,8 bi; 2011, R\$ 75,7 bi; 2012, R\$ 82,6 bi; 2013, R\$ 76,2 bi; 2014, R\$ 54 bi. Logo os valores de 2015 estarão à disposição.

Esses números são esclarecedores e demonstram, categoricamente, que a Seguridade Social é viável. Tanto que, depois de 15 anos de muita luta, fizemos um golaço e conseguimos derrubar o Fator Previdenciário, e aprovamos a fórmula

85/95 para aposentadorias.

Outra questão que não é levada em conta. Querem prorrogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até o ano de 2023, e ampliar de 20% para 30% o percentual que o governo pode retirar dos recursos sociais. Se a medida for aprovada, a perda dos cofres da Seguridade será de R\$ 120 bilhões por ano. Como é possível abrir mão desse dinheiro?

Não sei qual a intenção, mas não podemos nos calar diante de tais medidas. Não é com a retirada de benefícios sociais trabalhistas que o país vai encontrar o rumo do crescimento e do desenvolvimento.

Há, sim, medidas que são convergentes na sociedade e que poderiam ser implantadas de imediato. Vejamos: a realização de uma ampla reforma tributária, a revisão do pacto federativo, o estabelecimento de taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população, a valorização do salário-mínimo, o combate à corrupção e à sonegação.

Aliás, segundo a ONU, o Brasil perde por ano R\$ 200 bilhões em corrupção. Estudo do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita aponta que o país

perde R\$ 100 bilhões com o contrabando, por ano; em 2014 foram R\$ 500 bilhões de sonegação; em 2015, somente no primeiro semestre, a sonegação foi de R\$ 258 bi. Será que o Brasil precisa de reformas previdenciária e trabalhista se tudo isso for cobrado?

O certo é que todo esse montante poderia ser investido em saúde; educação; segurança pública; nas estradas, para o escoamento da produção; em aeroportos; portos; em projetos sociais; no aumento do salário-mínimo e dos proventos dos aposentados e pensionistas.

Há uma expressão que era usada por Leonel Brizola e que se adapta muito bem aos dias atuais. Quando ele via que a situação piorava de vez e que um vendaval se avizinhava, dizia: 'Preteou o olho da gateada'.

(*) Senador Paulo Paim (PT/RS). Atua na defesa dos Direitos Humanos, Sociais e Trabalhistas. É autor das Leis dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência. Texto publicado originalmente no jornal O Globo.

Fonte: DIAP: 15/07/2016

Filiado a :

